

GERALDO PIERONI

geraldopieroni@yahoo.com

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ, BRASIL

IMAGEM, COMUNICAÇÃO E TEMPORALIDADE NA *PROPAGANDA FIDE INQUISITORIAL*

RESUMO

Quais as ferramentas teóricas fundamentais para captar nas imagens da Inquisição os significados da propaganda produzida por uma instituição coercitiva? Como analisar estas imagens inseridas no tempo em que elas foram produzidas? Como os estudos iconológicos podem contribuir para a apreensão histórico-cultural de uma determinada época? Sob estes enfoques serão analisados alguns elementos do sistema simbólico das armas da Inquisição que por meio de representações da cruz, da espada, do ramo de oliveira apresentam um testemunho iconográfico que pode trazer em si uma dose de mistério. Por vezes este segredo mostra-se indecifrável ou aponta um quê de transcendência que não se deixa revelar numa primeira leitura, ou quem sabe nunca se revele plenamente. Com a intenção de defender a sua doutrina, a Inquisição serviu-se de imagens e símbolos para robustecer a ortodoxia da fé, propagando em Portugal e nas possessões ultramarinas uma verdadeira pedagogia salvacionista. Temporalidades e contextos culturais específicos indicam que as possibilidades interpretativas de uma determinada gravura não se esgotam apenas num olhar. Ela mantém sigilos que se manifestam na percepção de cada leitor.

PALAVRAS-CHAVE

Inquisição; imagens; poder; temporalidade

A percepção de variações na velocidade do tempo é mensurada em função do ritmo menos ou mais acelerado nas mudanças que se tornam compreensíveis ou sentidas pelas pessoas. A ideia de “duração do tempo” caminha paralelamente com a sensação de “mudança”, permanência, ruptura e continuidade.

Atualmente com as novas tecnologias da comunicação, perspectivas inovadoras a respeito da dinâmica das temporalidades questionam:

existe um tempo específico para se refletir sobre os procedimentos comunicacionais?

Vivemos em uma época fluida (Bauman, 1999) na qual o tempo perde a sua espessura de passado, presente e futuro. O mundo contemporâneo nos apresenta a fórmula de uma nova categoria de historicidade que se concentra no tempo presente: o presentismo, segundo Hartog (2013, p. 31). Na contemporaneidade experimenta-se o tempo ininterrupto: “tudo passa a durar, durando eternamente” (Barbosa, 2017, p. 21). O presentismo, o eterno presente, é caracterizado pelo movimento contínuo da informação. A cadência das narrativas midiáticas é sobrepunjada pela lógica apressada que abaliza o mundo contemporâneo.

A contemporaneidade, segundo Agamben “é a singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias” (Agamben, 2009, p. 59). O autor prossegue ressaltando que o contemporâneo é aquele que mantém determinado o olhar em seu próprio tempo, para nele enxergar não as luzes, mas a sua escuridão. Quando o indivíduo consegue se referir ao seu tempo, necessariamente deve enxergar um ponto de cisão, uma fratura no desenrolar da história. E é desse ponto de ruptura que pode lançar um novo olhar não só para o seu tempo, como também para o passado:

isso significa que o contemporâneo não é apenas aquele que, percebendo o escuro do presente, nele apreende a resoluta luz; é também aquele que dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com os outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de ‘citá-la’ segundo uma necessidade que não provém do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder. É como se aquela invisível luz, que é o escuro do presente, projetasse a sua sombra sobre o passado, e este, tocado por esse fecho de sombra, adquirisse a capacidade de responder às trevas do agora. (Agamben, 2009, p. 72)

A contemporaneidade, portanto, pode ser envolvida como uma afinidade na qual o indivíduo se compromete com o seu tempo, ou com qualquer outro tempo sobre o qual se debruça identificando no desenrolar da história pontos de cisão e, a partir deles pode neutralizar o brilho que tudo aquilo que é novo e moderno emite, para enxergar suas trevas. É também o contemporâneo que, conhecendo o escuro do seu tempo, pode voltar-se para o passado e questioná-lo quanto às suas consequências.

No que concerne ao dinamismo das mudanças e permanências sociais, o tempo é o objeto da história por excelência. A Escola dos *Annales* apresenta uma concepção do tempo histórico que rompeu com os padrões cronológicos e lineares da temporalidade. Por intermédio de Fernand Braudel, é enfatizado o tempo longo, a longa duração que se refere às mudanças que acontecem muito lentamente.

O tempo histórico de Fernand Braudel centraliza-se na percepção entre a mudança – o fato, o evento – e a permanência – na longa duração onde estão os seres humanos comuns, anônimos, em seu cotidiano. Faz emergir aqueles que, na escuridão e no anonimato, passaram despercebidos na História. São eles os personagens antes desprezados, abandonados e desconhecidos, como as mulheres, os pobres, os marginais; os réus perseguidos pela Inquisição, que nos permitiu mergulhar em tempos passados nos quais o acontecimento, a mudança, para ser percebido, deve surgir da permanência, do tempo longo, das prisões da longa duração, como expressou Braudel¹.

Nesta perspectiva do tempo longo braudeliano, fundamentamos o nosso artigo intitulado: Imagem, comunicação e temporalidade na *Propaganda Fide* inquisitorial. Adentrando nos tempos da Inquisição Ibérica (sobretudo entre os séculos XVI-XVIII), percebemos que o poder do Estado e da Inquisição está envolvido em todo um discurso, seja ele verbal, gestual ou imagético, que desempenha um papel no interior de um sistema estratégico. Para Foucault o discurso liga-se e serve uma determinada estratégia de poder. Portanto o discurso enquanto saber, sempre remete a estratégias de poder, exercidas efetivamente na história. O poder não está somente aqui ou ali, ele está por todo o lugar que o homem conheça mesmo que nunca por lá tenha passado, porque o poder é toda manifestação de relações de força (Oliveira, 2014).

A legitimidade do Tribunal inquisitorial se organizava em torno da sacralidade de sua fundação. A inspiração divina de sua ação justificava a sua utilidade espiritual, social e política. Para os juízes da fé era evidente que sem o Santo Ofício, o mundo cristão seria infestado pela heresia e consequentemente regido pelas forças do mal. A heterodoxia corrompia a fé e suscitava a confusão das ideias e doutrinas estabelecidas, o que provocava a desagregação do Corpo Místico de Cristo que é a Igreja: a ordem da concepção do cosmo se fundamentava na harmonia da criação; fora

¹ Braudel analisa o tempo histórico principalmente em duas de suas obras: *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* – primeira edição de 1949 (a edição estudada é 1984) – e *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*, de 1979 (a edição estudada é 1996).

deste ponto de vista, tudo é desordem. A aplicabilidade das penas, ainda que pautadas por extremo rigor, era interpretada como possibilidade de reparação das faltas cometidas. A ofensa a Deus através do pecado podia ser redimida somente por intermédio de uma penitência.

A manutenção da ortodoxia católica se expressava visivelmente nas leis, mas também nas representações iconográficas, tal como o *slogan* da Inquisição que funcionava como pujante imagem de propaganda da instituição. Evidentemente, o significado de propaganda no século XVI, como vimos, era bem diferente daquilo que hoje chamamos de marketing ou *mass media*. No entanto, já naquela época, a Inquisição utilizava a propaganda política como um vasto repertório de práticas culturais escritas, orais, imagéticas, rituais ou performáticas, que representam prescritivamente, segundo uma orientação teológico-política, a ordem hierárquica do corpo místico. Portanto,

é importante evitar a associação anacrônica do uso do termo propaganda nos séculos XVI, XVII e XVIII com os sentidos (de *marketing*) que ele assumiu na contemporaneidade. A palavra deve ser assumida, aqui, na sua etimologia latina, que advém de *propagatio*, significando, figurativamente, extensão, aumento ou prolongamento. A propaganda, assim entendida, deve significar ações, práticas e discursos cujos efeitos devem ser o de aumento da adesão em torno de determinados valores, irradiando-os ao todo que compõe uma comunidade – no caso, política – em expansão (...). O conceito chave para a compreensão do que estamos chamando de propaganda política é o de representação. (Pieron, 2013, pp. 5-7)

Nesse sentido, como nos sugere Amaral Luz (2007), os instrumentos catequéticos, procissões, sermões, cartas, festividades civis e religiosas, teatro, sátiras, estandartes e pinturas no interior das igrejas, além de muitas outras formas retórico-poéticas, artísticas e performáticas podem se configurar como instrumentos de propaganda, cuja meta era exatamente justificar o poderio da instituição e a sua unicidade ideológica. Entre jesuítas, dominicanos e franciscanos do século XVII, os pregadores se utilizavam de estratégias apelativas diversas para sensibilizar a multidão e convertê-la aos dogmas da fé católica:

muitas vezes, quando o sermão se aproximava do fim, punha na cabeça uma coroa de espinho e com uma disciplina férrea começava a bater nas costas desnudadas. Não contente com isso, com um pedaço redondo de cortiça

metido numa caixa de lata, reforçada com alfinetes e agulhas, batia com força no peito, fazendo jorrar o sangue abundantemente diante de uma multidão que chorava e implorava misericórdia. Em seguida, em muitos lugares, também essa multidão se penitenciava (...). Os efeitos eram espetaculares: confissões gerais, inúmeras conversões, pazes entre famílias e famílias, entre países e países, o fim do jogo e das canções obscenas. (Morán, 1995, pp. 124-125)

Em nosso estudo, o vocábulo propaganda é aplicado figurativamente enquanto extensão, aumento ou prolongamento. A propaganda, nesta chave de leitura, deve significar ações, comportamentos, práticas e discursos cujos resultados devem ser o de acréscimo da concordância em torno de certos valores, irradiando-os ao todo que compõe uma comunidade. No caso era a Inquisição enquanto prolongamento do poder do Rei e da Igreja, que atuava como protagonista deste discurso em expansão. O célebre lema do Santo Ofício: *Misericordia et Justitia*, juntamente com as indumentárias que o acompanha é, por exemplo, pleno de significados propagandísticos. Estas palavras estavam dispostas acima das armas que representavam a instituição: no meio uma cruz, à direita um ramo de oliveira, e à esquerda uma espada.

A coroa real encabeçava o emblema: símbolo da supremacia do monarca. Acima da cruz e da espada, da Igreja e do Reino, estava o rei: a Inquisição foi um Estado dentro do Estado (Marques, 1978, p. 209). É por esta razão que os seus Regimentos estavam de acordo com as Ordenações do Reino. Não obstante as diferenças, a Igreja e a Monarquia caminhavam juntas, lutando contra os desvios sociais, políticos e religiosos.



Figura 1: Armas da Inquisição

Fonte: Mott 2010, p. 17

As referências do sistema de representações das Inquisições sob o enfoque da emblemática não foram ainda exploradas suficientemente, “são sempre bastante magras e seria necessário aprofundar os seus aspectos mais enigmáticos” (Bethecourt, 1994, p. 11).

Os elementos do sistema simbólico das armas da Inquisição mostram a natureza e os objetivos do Santo Ofício.

Para os estudiosos dedicados à Inquisição, as análises imagéticas despertam interesse especial. Historiadores reconhecem que a Iconografia enquanto disciplina que estuda sistematicamente as questões em torno do conteúdo das obras de arte, por oposição à forma, pode trazer novas contribuições aos métodos históricos. Entre os principais domínios da Iconografia, podem citar-se, por exemplo, a identificação das fontes de inspiração para a imagem, a análise da contaminação das formas e dos significados provenientes de outros contextos, e o estudo dos significados simbólicos, profundos e intrínsecos da própria imagem, sendo este nível de leitura mais adequadamente denominado de Iconologia. A história da Iconografia, enquanto método, é indissociável da Iconologia, como veremos mais adiante (Rodrigues, 2014).

Para os especialistas em comunicação e linguagem, a iconografia tem um papel midiático fundamental. Nesse sentido, Jane Rita Silveira sinaliza que

seja do ponto de vista da semiótica, e das várias abordagens teóricas fundamentadas em códigos, seja do ponto de vista das teorias cognitivas, a imagem tem sido amplamente estudada na área de linguagem e comunicação. Entre as vantagens de um texto constituído por imagens, de acordo com alguns teóricos, destaca-se o fato de ele ser universal, pois vence a barreira da linguagem, podendo, através de um entendimento imediato, ser compreendido por pessoas de língua e cultura diversas. Outra vantagem, comumente apontada, é a de que a imagem permite uma leitura em menos tempo do que o requerido pelo texto escrito, tornando-a atraente aos potenciais leitores. (Silveira, 2005, pp. 113-128)

Para a pesquisadora do Instituto Francês de Ciências da Informação e Comunicação, Martine Joly a imagem está condicionada a múltiplos significados. A autora apresenta, entre outros fatores, o prazer estético e comunicativo na análise de obras constituídas por imagem e evidencia que a desconstrução desta permite aguçar o sentido da observação e do olhar, aumentando as informações na recepção espontânea das obras (Joly, 1996).

Qual a intenção da propagação das imagens inquisitoriais? Sperber e Wilson (1995) ao construírem a teoria da Relevância, constataram que a interpretação de um discurso é extremamente dependente do contexto, no sentido de que este intervém para recuperar adequadamente, através de processos inferenciais, a intenção pretendida pelo comunicador. Nesse sentido, o cenário histórico em que a imagem foi produzida representa o conhecimento e a visão de mundo de que os interlocutores são portadores, através de suas representações mentais.

Observando atentamente os signos e palavras do lema inquisitorial centralizado na cruz cristã, é possível buscar uma explicação primeira sobre esta origem.

Para Gilbert Durand, no livro *A imaginação simbólica* (Durand, 1988), quando uma imagem é apresentada não objetivamente e sim por meio de símbolos, ela deixa aberta a leitura da sua significação. Tais imagens se bastam a si próprias e trazem em si mesmo um significado.

A mensagem que carrega em si exige uma imanente transcendência, nunca explícita, mas sempre ambígua e geralmente redundante. O símbolo designa a melhor expressão para algo desconhecido que se subtrai à apreensão conceitual sendo, portanto, passível de captação e expressão mediante a imaginação simbólica, que para Durand é a apreensão do símbolo que, por sua vez, é a própria manifestação do sagrado, a epifania de um mistério (Durand, 1998, p. 15).



Figura 2: Emblema da Inquisição

Fonte: Schoonebeck, 1692

O emblema da Inquisição, rodeada com a citação da Sagrada Escritura: “Levantai-vos, ó Deus, defendei a vossa causa” (Sl. 73:22) (Schoonebeck, citado em Limborch, 1692, p. 370).

Umberto Eco demonstra que o filósofo Agostinho de Hipona foi o primeiro, no âmbito cristão, a manifestar por escrito os argumentos

teóricos dos signos entendidos como símbolos que nos remetem a determinada mensagem, por exemplo, a cruz, para o cristianismo; a balança significando justiça. O que um símbolo causa em nossos sentidos? A Semiótica, escreve Eco, é um objeto de estudo já existente há muitos séculos, no entanto, passou a ser estudada de uma maneira incisiva e profunda nas últimas décadas. Os símbolos principais da Inquisição nos remetem à ideia de algo pulsante de significado e comunicação. Nada é apenas o que se mostra. O visível é uma pequena parte do amplo rastro invisível que tudo contém. Saber enxergar é ver o mundo com mais espaços, cores, formas e sentidos (Eco, 1991).

A cruz² é o símbolo da morte de Cristo e da redenção da humanidade. O ramo de oliveira, a misericórdia e a espada, o castigo. A cruz, elemento que é fonte de legitimidade da *praxis* inquisitória, é o ponto mais alto do sacrifício redentor que os hereges menosprezaram. Espada e ramos de oliveira expressam, por um lado, o perdão e a reintegração dos arrependidos, por outro lado, a exclusão e a penitência aplicada aos desviantes do catolicismo (Bethecourt, 1994, p. 79).

A cruz do cristianismo endossada no emblema é uma absorção do simbolismo arcaico e universalmente difundido da Árvore do Mundo. Este mito cosmogônico, de acordo com Mircea Eliade (2010, pp. 170-171), relata que foi através do *Ôpó-îrun-oún-àiyé* – o pilar que une o mundo transcendente ao imanente –, lugar onde os deuses primordiais chegaram para iniciar o processo de criação do espaço material. Este pilar – muitas vezes simbolizado pela árvore ou por seu tronco – é uma figura de origem, é um signo do fundamento, do princípio de todas as coisas, elemento de conexão entre a multiplicidade dos “mundos”. Mircea Eliade denominou-a de “Árvore do Mundo”, “Axis Mundi”, “Árvore Cósmica”. Para boa parte das tradições místicas e religiosas, os “mundos” dividem-se nos espaços inferiores ou infernais, intermediários ou terrestres e superiores ou celestes. A concepção católica cristã ainda compreende a existência de outros “territórios”, como o purgatório ou o limbo.

Para Eliade,

ainda mais ousada é a assimilação pela imaginária, pela liturgia e pela teologia cristã do simbolismo da Árvore do Mundo. Também neste caso estamos às voltas com um símbolo arcaico e universalmente difundido. (...) a imagem da Cruz como Árvore do bem e do mal, e Árvore Cósmica, tem origem nas tradições bíblicas. É, porém, pela Cruz (=

² Muito antes de Jesus, a cruz já era portadora de significado religioso, como o encontro do Céu e da Terra, a confluência das forças cósmicas, ou ainda, a promessa de vida, para os antigos egípcios.

o Centro) que se opera a comunicação com o céu e que, ao mesmo tempo, é ‘salvo’ o universo em sua totalidade. Ora, a noção de salvação nada mais faz do que retomar e completar as noções de renovação perpétua e de regeneração cósmica, de fecundidade universal e de sacralidade, de realidade absoluta e, finalmente, de imortalidade, noções coexistentes no simbolismo da Árvore do Mundo. (Eliade, 2010, p. 171)

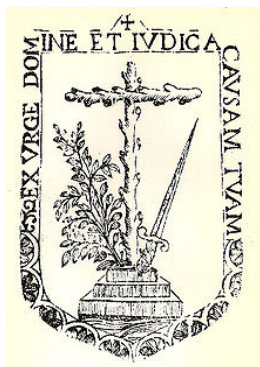


Figura 3: Escudo da Inquisição

Fonte: AJM - Anales judaicos de Mallorca, Catalão: gravura em madeira. Guasp Press, Mallorca. Século XVII, 692

Mircea Eliade acrescentou ainda que o cristianismo se apropriou desse simbolismo da Árvore do Mundo interpretando-a e alargando esta alegoria: “a cruz feita de madeira da Árvore do Bem e do Mal, toma o lugar da Árvore Cósmica; o próprio Cristo é descrito como uma árvore (Orígenes)” (Eliade, 1979, p. 157). A cruz é evocada

como uma árvore que sobe da terra aos céus. Planta imortal, ela ergue-se no centro do Céu e da Terra: firme sustentáculo do universo, o elo de todas as coisas, suporte de toda a terra habitada, entrelaçamento cósmico, contendo em si toda a variedade da natureza humana. (Lubac, 1951, p. 57)

Este conceito originário é ainda hoje cantado no rito bizantino que

no dia da exaltação da Santa Cruz, a árvore da vida plantada no Calvário, a árvore sobre a qual o Rei dos séculos operou a nossa salvação, a árvore que, saindo das profundezas

da Terra, se elevou no centro da Terra e santifica até aos confins do universo. (Lucac, 1951, p. 66)

A imagem da Árvore Cósmica conserva-se pura: muito provavelmente o protótipo dever-se-ia procurar na Sabedoria que, segundo os Provérbios, III, 18, é uma árvore de vida para os que a apreendem. Esta Sabedoria, segundo a interpretação do jesuíta e teólogo Henri-Marie de Lubac, “para os judeus será a Lei; para os cristãos será o Filho de Deus” (Lubac, 1951, p. 67).



Figura 4: Representação da Cruz como árvore da vida
– (Cúpula da Basílica São Clemente, Roma)

Fonte: <http://www.basilicasanclemente.com/eng>

Raniero Cantalamessa evidencia a utilização bíblica do arquétipo da árvore presente na história da salvação. O Antigo Testamento a apresenta como imagem no Jardim do Éden, como árvore da vida e árvore do conhecimento do bem e do mal,

diante da qual se consuma a rebelião; no Deuteronômio, onde significa maldição (Aquele que é pendurado no madeiro é objeto de maldição divina); na madeira da Arca de Noé; no bastão com o qual Moisés golpeou as águas do Mar Vermelho e no arbusto com que transformou em água potável as salobras águas de Mara. (Cantalamessa, 2010, pp. 203-204)

Emmir Nogueira (2007) ressalta que a árvore da vida representa não somente um ícone:

não mais em figura, mas como uma realidade histórica?
Representa o instrumento de sua condenação, de sua total

destruição como homem, o ponto mais baixo de sua kénosis. (...) E o que representa a cruz à luz da ressurreição? (...) É o lugar (...) onde o novo Adão disse sim a Deus por todos e para sempre. Onde o novo Moisés, com o madeiro, abriu o novo Mar Vermelho e, com sua obediência, transformou as águas amargas da rebelião nas águas doces da graça e do batismo. Onde “Cristo nos resgatou da maldição da lei fazendo-se por nós maldito” (Gl 3,13). A cruz é força de Deus e sabedoria de Deus (I Cor 1,24). É a nova árvore da vida plantada no meio da praça da cidade (Cf. Ap 22,2). (Nogueira, 2014, p. 2)



ESTANDARTE DA INQUISIÇÃO.

Figura 5: Estandarte Inquisitorial

Fonte: AML, Bandeira da Inquisição. Alberto Carlos Lima, PT/AMLSB/LIM/003062. Cota: LIM/003062; A16491; N14617

No estandarte inquisitorial, o lema permaneceu o mesmo, no entanto, algumas vezes, a cruz foi substituída por São Domingos, o fundador da Inquisição, no século XIII. O estandarte da Inquisição de Goa retratava São Domingos no centro segurando o ramo de oliveira e a espada. A oliveira até hoje mantém a sua significação original enquanto símbolo da paz, da fecundidade, mas também da força e da vitória. No cristianismo tem ainda a conotação que inspira a ideia de templo de Deus, de sagrado cujas portas são de oliveira dourada. Em geral simboliza nas culturas religiosas o lugar do descanso, a bem-aventurança e o paraíso dos eleitos (Schlesinger,

1983, p. 274). A espada para os inquisidores representava a palavra em seu duplo aspecto: destruidor e construtivo associada à ideia de visão clara, luminosa, sem qualquer teor heterodoxo e, portanto, a espada representa o instrumento da justiça e do poder de Deus.



Figura 6: Estandarte Inquisição de Goa utilizado nas procissões da Inquisição portuguesa, mostrando os símbolos e o lema da Inquisição: “misericórdia e justiça”

Fonte: Schoonebeck citado em Limborch, 1692, p. 370

São Domingos é representado no estandarte em estilo teatral e retórico, que anunciava a consciência da necessidade de convencer o espectador e tinha o caráter propagandístico para a Igreja católica. Representar São Domingos significava associá-lo aos seus atributos invocando as intenções da Ordem dominicana: a salvação dos pecadores. No estandarte se percebe, além das indumentárias já citadas, a figura de um cão tendo à boca uma tocha acesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crença na força da imagem na manipulação de comportamentos, formação de atitudes e gestão de mentalidades é uma prática antiga, conduzida por vieses diversos, desde o tempo em que a leitura e a escrita pertenciam somente a alguns segmentos das camadas privilegiadas. A força das imagens do mal, simbolizadas em polêmicas figuras, desde dragões que expeliam fogo aos demônios criados a partir do século XIII, projetadas

em igrejas e conventos, induziam às práticas cotidianas, revertendo-as de um conjunto de sentimentos e emoções entre o medo, devoção, piedade, resignação, amor, adoração, flagelo.

Em tempos de crise provocada por fatores diversos em que as reações humanas se tornam incontroláveis pelas vias da racionalidade ou da fé, o uso da imagem revelou-se eficaz para dominar o caos e manter a ordem, frente às ameaças do fomento de movimentos revolucionários. Na retomada do Tribunal da Inquisição, no alvorecer dos chamados Tempos Modernos, a Igreja Católica utilizou de estratégias variadas para converter os não cristãos ou reafirmar seu discurso nos dogmas da fé daqueles que, sacudidos por mudanças que marcavam aquele período, ameaçavam abandonar suas crenças e enfraquecer o poder do clero. Os pregadores religiosos, missionários e integrantes do clero, de maneira geral, reafirmaram suas práticas pela conversão dos infiéis, em um mundo que se tornava secularizado, utilizando a força da imagem e do discurso religioso para a condenação do “outro” que não se afinasse com tais princípios. A Inquisição revestia-se de significados de eficácia imediata, com o propósito de exterminar os hereges, atuava também no inconsciente da multidão, considerando a fragilidade humana, promovendo a conversão do público que assistia à execução do condenado, ao mesmo tempo em que extraía da cena um efeito moral do drama para cada indivíduo que se submetia à mesma sorte.

O zelo pela preservação da fé católica condicionou o uso de estratégias diversas que se aproximavam do exagero o que se configurou na criação da nova *Congregatio de Propaganda Fide*, em 1622, revelando-se um enorme e imprevisível sucesso, no sentido de impressionar as pessoas, comovê-las, na concepção de que as emoções se obtêm de duas formas: com a *magnitudo* e com a *praesentia*, isto é, pela qualidade dos temas tratados e pela vivacidade das descrições. Tratava-se, pois, de reunir esses dois conceitos ou ideias à perfeição, como se faz em uma obra de arte, articulando-as ou combinando seus elementos, cujo resultado final assegurava efeitos espetaculares, particularmente, no campo religioso em que se multiplicavam as confissões generalizadas e manifestações variadas de formas de piedade e devoção.

Em *Testemunha Ocular* (2016), o historiador Peter Burke afirma que um conjunto de imagens pode ser fonte inesgotável de referência sobre o modo de viver dos povos em tempos diversos, à medida que remete para um universo de possibilidades de análise sobre formações sociais, comportamentos, manifestações de emoções e de sentimentos, um campo

que vem sendo explorado pela historiografia, mas que está muito presente, também, no mundo da comunicação e da propaganda. O historiador orienta ainda sobre os processos que todo o investigador necessita percorrer para recuperar os possíveis sentidos das mensagens, para além de sua comunicação imediata e explorar o lado oculto que esteve presente nas intenções do autor, bem como o contexto das procedências da linguagem simbólica instituída como ícone na decifração de uma realidade concebida, por vezes, com força de verdade. Sem dúvida, o trabalho com a imagem requer um esforço redobrado, à medida que um testemunho iconográfico pode trazer em si uma dose de mistério por vezes indecifrável ou um quê de transcendência que não se deixa revelar numa primeira leitura, ou quem sabe nunca se revele plenamente.

O sucesso que a iconografia religiosa produziu ao longo dos séculos foi atentamente considerado pelas autoridades interessadas no controle das massas, extrapolando o universo das igrejas, inserindo-se, também, no campo político dos governos clássicos que marcaram o nascimento da sociedade civil, tornando-se uma estratégia utilizada com fins semelhantes. E a eficácia da receptividade se fortalecia, particularmente, em tempos de incertezas, mediadas por conflitos ameaçadores na quebra dos preceitos convencionais em que o público, marcado pelo temor do inesperado, expunha suas fragilidades, o que o tornava o alvo privilegiado das estratégias do poder.

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2009). *O que é o Contemporâneo?* Chapecó, SC: Argos.
- AJM – Anales Judaicos de Mallorca (1972). Gravuras Século XVII. Mallorca: Guasp Press.
- Bauman, Z. (1999). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Bethecourt, F. (1994). *História das Inquisições*. Lisboa: Editora Círculo do Livro.
- Braudel, F. (1949/1984). *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Librairie Armand Colin.
- Braudel, F. (1979/1996). *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*. Paris: Librairie Armand Colin.
- Burke, P. (2016). *Testemunha ocular*. São Paulo: Unesp.

- Cantalamessa, R. (2010). *O poder da cruz*. São Paulo: Ed. Loyola.
- Chartier, R. (1991). O mundo como representação. *Estudos Avançados*, 5 (11), 173-191.
- Durand, G. (1988). *A Imaginação Simbólica*. São Paulo: Cultrix/EDUSP.
- Eco, U. (1991). *Semiótica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Ática.
- Eliade, M. (1979). *Imagens e símbolos*. Lisboa: Editora Arcádia.
- Eliade, M. (2010). *História das Crenças e das Ideias Religiosas* (Tomo II / Vol. 2). Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- Hansen, J. A. (1991). A categoria 'representação' nas festas coloniais dos séculos XVII e XVIII. In I. Jancsó & Í. Kantor (Eds.), *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa* (pp. 733-755). São Paulo: Imprensa Oficial/HUCITEC/EdUSP/FAPESP.
- Hartog, F. (2013). Regimes de historicidades – presentismo e experiências do tempo. São Paulo: Autêntica Editora.
- Joly, M. (1996). *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Editora Papirus.
- Lubac, H. (1951). *Aspets da Botalhiszne*. In M. Eliade (Ed.) (1979), *Imagens e símbolos*. Lisboa: Editora Arcádia.
- Luz, G. A. (2007). Produção da concórdia: a poética do poder na América portuguesa (sécs. XVI-XVIII). *Revista Varia Historia*, 23(38).
- Marialva, C. B. (2017). *Tempo, tempo histórico e tempo mediático*. In C. F. Musse, H. Vargas, M. Nicolau (Eds.), *Comunicação, mídias e temporalidades*. Bahia: Compós, EDUFBA.
- Marques, A. H. de O. (1978). *Historie Du Portugal: des origines à nos jours*. Paris: (s/Ed.).
- Morán, M. & Andres-Gallego, J. (1995). *O pregador*. In R. Villari (Ed.), *O homem barroco*. Lisboa: Presença.
- Mott, L. (2010). *Bahia: Inquisição & Sociedade*. Salvador: EDUFBA.
- Nogueira, E. (2007). *Obra Nova, caminho de e para a felicidade*. São Paulo: Editora Shalom.
- Nogueira, E. (2014). *Árvore da cruz e da felicidade*. Retirado de <http://www.comshalom.org/arvore-da-cruz-e-da-felicidade/>

- Oliveira, D. (2014). *Poder e subjetividade segundo Foucault e Deleuze*. Retirado de <http://www.ebah.com.br/content/ABAAABHqUAJ/poder-subjectivacao-segundo-foucault-deleuze?part=3>
- Rodrigues, A. (2014). *Dicionário crítico de Arte, Imagem, Linguagem e Cultura*. Retirado de <http://www.art-coa.pt/index.php?language=pt&Page=Saberes&SubPage=ComunicacaoELinguagemArte&Menu2=Autores&Slide=107>
- Schlesinger, H. & Porto, H. (1983). *Crenças, seitas e símbolos religiosos*. São Paulo: Ed. Paulinas.
- Limborch, F. V. (1692). *Historia Inquisitionis*. Amsterdão: sem editora.
- Silveira, J. R. C. da. (2005). A imagem: interpretação e comunicação. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, 5, n. esp., 113-128.
- Sperber, D. & Wilson, D. (1995). *Relevance: communication and cognition*. Massachusetts: Harvard University Press.

Citação:

Pieroni, G. (2019). Imagem, comunicação e temporalidade na *Propaganda Fide* inquisitorial. In M. L. Martins & I. Macedo (Eds.), *Livro de atas do III Congresso Internacional sobre Culturas: Interfaces da Lusofonia* (pp. 288-303). Braga: CECS.